



~O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO SOB O ÓBICE DA IGUALDADE SOCIAL: UM CAMINHO A SER CONQUISTADO PELA INCLUSÃO NO PROCESSO EDUCACIONAL

Suzana Mary de Andrade Nunes

RESUMO

Os avanços científicos, a promulgação de leis que normatizam os sujeitos que compõem as instituições educacionais e sociais ainda não foram suficientes para promover uma mudança social com base na visão democrática das diferenças entre os humanos. Nesse compasso, pretende-se analisar por meio dos conteúdos de uma reportagem apresentada em um telejornal de uma emissora de televisão local composta por uma equipe profissional: uma professora de Língua Portuguesa, uma repórter e o operador da câmera interpellando quatro feirantes do Mercado Central de Aracaju sobre o uso das regras gramaticais da Língua Portuguesa. Este estudo segue o método indutivo com entrevistas estruturadas e semiestruturadas, a fim de questionar práticas pedagógicas de formadores de opinião que reproduzem o Preconceito Linguístico, segundo contribuições dos estudos da Sociolinguística.

Palavras – Chave: Educação. Preconceito Linguístico. Sociolinguística.

RESUMEN

Los avances científicos y la promulgación de las leyes que normatizan los sujetos que componen las instituciones educacionales y sociedad, aunque no fueron suficientes para promover una mudanza social con base en la visión democrática das diferencias humanas. En ese compás, que tenemos la pretensión de hacer el análisis de los contenidos de un reportaje presentado en un telediario de una estación de TV local compuesta por uno equipo de profesionales: una profesora de la lengua portuguesa, una periodista y un camarógrafo interpellando cuatro puesteros del Mercado Central de Aracaju en lo uso de las reglas de gramática de la lengua portuguesa. Este estudio sigue las orientaciones del método inductivo con entrevistas estructuradas y semiestructuradas, con el fin de presentar las prácticas de los profesionales formadores de opinión que reproducen prejuicios lingüísticos, según contribuciones de los estudios de la sociolingüística

Palavras – Chave: Educação. Preconceito Lingüístico. Sociolingüística.

Introdução

O Brasil, na década 10 do século XXI, ainda desponta no ranking internacional como um país com altas taxas de pobreza e analfabetismo. Assim, salta-se a olhos nus as desigualdades sociais, que, inquestionavelmente, refletem as relações entre os sujeitos das diferentes classes sociais, etnias, gênero, religião, geração, entre outros.

As indiferenças diante da diversidade de pensares e falares aponta para aviltante e conflituosa relação entre os sujeitos em que o preconceito se torna fio condutor para as implícitas e explícitas situações de refugo da sociabilização. As diferentes relações constituídas pela linguagem, através da interlocução do eu, o outro e o mim são permeadas por preconceito de diferentes categorias que transversalizam as diferentes dimensões dos grupos sociais “[...], “eu para si” no qual subjaz o “eu para o outro” é, na verdade, a confirmação da tese de que as vozes constituem a consciência do sujeito e que este, por sua vez, fala a partir do discurso do outro, com o discurso do outro e para o discurso do outro. [...] (FLORES, 2005, p. 59).

O Preconceito Linguístico, conceito analisado e refletido em pesquisas científicas nas áreas das humanas e sociais, mais especificamente, no campo da Sociolinguística, se tornou a partir da década de 80 destaque

como fator constitutivo da cultura e, portanto, reproduzido socialmente nas práticas pedagógicas por meio dos currículos, dos discursos, das leis e decretos; nas interlocuções formalizadas e informalizadas que estratificam as relações entre os sujeitos educacionais e sociais. Em consequência, abstraem-no muito despercebida, por vezes, porém bastante presente em contextos educacionais nos mais diferentes níveis de ensino: básico e superior, ao passo que nos diferentes contextos sociais, os grupos com função social de formar e informar a população, além de reproduzirem também reforçam as diferenças sob os estigmas das desigualdades reflexo de critérios de regulação da língua pela norma padrão, no qual reincide o poder das classes mais elitizadas sobre as classes menos privilegiadas.

Sabe-se que além destas razões que atingem diretamente a sociedade brasileira, outras se manifestam em reflexo das mencionadas, como por exemplo, a violência, a não formação e qualificação do/a trabalhador/a brasileiro/a, o tráfico de drogas, o trabalho infantil. A violência emerge nos contextos com várias ramificações, sendo que o preconceito é a expressão de uma destas. Entende-se por violência todo ato consciente e/ou inconsciente em que os sujeitos vitimizados são ofendidos fisicamente, psicologicamente, moralmente, patrimonialmente. Assim, as desigualdades sociais são compreendidas como um ato de violência sobre a vida humana que a impede de usufruir o bem à cidadania

A Constituição de 1988, Carta Magna Brasileira, protege a cidadania dos sujeitos com os princípios sociais de direito à educação, saúde, moradia, trabalho, transporte, etc. O não cumprimento destes princípios normatizados e regularizados pelo estado democrático sinaliza, para a violência do estado sobre a sua população. Em meio a este contexto maior, as manifestações de violência aparecem em casos pontuais que constituem dados de uma realidade social.

O preconceito linguístico é um ato de violência. É deste pressuposto que este estudo busca analisar, refletir para que sejam criadas atitudes e mentalidades, transformadas e transformadoras, comprometidas politicamente com a igualdade e ao respeito harmônico com as diferenças sociais.

O Brasil, um país com dimensão continental, no qual apresenta diferentes e desiguais condições de vida e sobrevivência tem, através do instrumento da escolarização o espelho das representações sociais, na qual aporta-se o sectarismo entre ricos e pobres, que, por sua vez, estão relacionadas, de um lado, as escolas de qualidade com uma retaguarda cultural para sustentação da classe privilegiada, do outro lado, um escola depositária humana sem qualquer planejamento de execução e prática pedagógica que venha dar suporte e que assegure os sujeitos a inclusão social.

Assim como diversos linguistas brasileiros defendemos que um professor de língua portuguesa deve conhecer muito bem a realidade linguística brasileira, sabendo explicar o fenômeno da variação e mudança linguísticas como e porque ocorrem para, assim, militar contra a intolerância e o preconceito linguísticos, um dos preconceitos mais cruéis que pode existir. (DIAS, 2011, p.159).

Este estudo trata, mais especificamente, do preconceito linguístico, aquele praticado por sujeitos portadores do conhecimento e das classes elitizadas, reconhecidamente constituídos para regularizar a língua padrão da gramática normativa, por sua vez, instituintes de regras que devem serem seguidas por todos os falantes da língua portuguesa. Estes sujeitos constituem um grupo de adeptos à concepção de que todos deveriam usar, uniformemente, a língua padrão e, assim, não levam em conta a variação linguística, reflexo do contexto social, econômico e político. Estes sujeitos elitizados ignoram a geopolítica do Brasil, efeito da historicização do estado brasileiro.

A fala é produto de um aprendizado desde a primeira fase da infância ao ser assimilada nos primeiros processos de socialização. A partir das relações humanas, os códigos linguísticos tornam-se expressões que dão suporte a constituição da comunicação pela linguagem. Estas primeiras socializações, as familiares, e, posteriormente, as socializações secundárias realizadas em diferentes contextos sociais: comunidade escolar, as instituições religiosas, espaços de entretenimento tornam-se espaços de interlocução e troca de experiências materiais, emocionais e afetivas, tendo a fala como o principal canal de transmissão e circulação das mensagens que intercorrem a comunicação.

A reportagem jornalística tinha o objetivo de apresentar em um tempo restrito os “erros gramaticais” em uso da língua falada. Para tal, serviu-se das/os feirantes do Mercado Central de Aracaju, vendedoras/es de legumes, frutas e hortaliças para pronunciarem ou identificarem as regras gramaticais por meio das mercadorias que eram por elas/es comercializadas. Para tal, utilizou a metodologia de entrevistas

estruturadas com perguntas fechadas requisitando respostas precisas. A matéria jornalística não tinha intenção de apresentar aspectos de relevância social no tocante às variações linguísticas com as suas causas e consequências, pelo contrário, detiveram-se, exclusivamente, em expor os feirantes à condição de expropriadores da gramática e de propagadores de erros que fragilizam a língua portuguesa.

Este estudo é um recorte de um projeto, em andamento, sobre o preconceito linguístico reproduzido e veiculado pela mídia, no qual reforça a intolerância, a baixa autoestima e a discriminação de sujeitos que constituem as classes menos privilegiadas e excluídas do sistema educacional. Assim, dividimos em dois momentos: no primeiro momento, com o acesso ao vídeo da reportagem em 15/02/2014, via site da emissora de televisão, após transcrição pode-se analisar o conteúdo das entrevistas e fazer uma análise com base nos conceitos e concepções de sociolinguistas, de maneira que se pudesse pontuar sobre o que foi interpelado aos feirantes e o que foi avaliado pela professora e pela repórter, levando em consideração não somente ao código, mas, sobretudo, a linguagem como instrumento de comunicação e de produção de sentidos e significados. Concomitantemente, a análise da reportagem, apresenta-se um breve relato biográfico dos feirantes para fortalecer teoricamente e empiricamente a posição analítica e reflexiva deste estudo no sentido de denunciar o comportamento preconceituoso dos profissionais de educação e de comunicação traduzido pela reportagem. Para tal, retornou-se ao Mercado Central para fazer uma nova entrevista com os feirantes a fim de apreendê-los como sujeitos, de modo que pudesse ser capturado sentimentos e ressonâncias dessa experiência midiática, de modo que este material empírico possibilitasse o diálogo da teoria com a prática.

Neste estudo trata-se sobre o preconceito linguístico, através da análise crítica dos procedimentos metodológicos da equipe jornalística, bem como, apresenta considerações de sociolinguistas sobre as variações linguísticas. Para tanto distribui-se o conteúdo em dois capítulos: o primeiro intitulado "O Preconceito Linguístico em Práticas e Procedimentos Pedagógicos de Profissionais em uso da Língua". O segundo capítulo apresenta aspectos sociais que ocasionam variações linguísticas, reflexo das desigualdades sociais vivenciadas no Brasil. O segundo capítulo é intitulado "A língua popular dos feirantes: um caminho a ser conquistado pela inclusão educacional". Sendo assim, pretende-se analisar criticamente o evento jornalístico, ao passo que traz o questionamento acerca das mentalidades presentes nas atitudes remanescentes do preconceito linguístico da equipe jornalística ao abordar quatro feirantes do Mercado Central Municipal que se encontravam no exercício da sua atividade comercial, quando foram solicitados para pronunciar palavras que nomeiam produtos e objetos do seu comércio

2. O preconceito linguístico em práticas e procedimentos pedagógicos de profissionais da educação e da comunicação

Este estudo pretende analisar, criticar e questionar os recursos didático-metodológicos utilizados por uma equipe jornalística ao abordar os feirantes para realização de uma entrevista veiculada ao telejornal de uma emissora de televisão. De antemão, sabe-se que a mídia, mais especificamente, os telejornais não são programas destinados ao entretenimento, mas, voltados para formação e informação da população, além disso, atenta-se para o poder midiático tendo em vista o suporte ideológico dos grupos elitizados em detrimento das classes populares e menos favorecidas no seu papel social de formação de opinião pública.

É preciso abandonar essa ânsia de tentar atribuir a um único local ou a uma única comunidade de falantes o "melhor" ou o "pior" português e passar a respeitar igualmente todas as variedades da língua, que constituem um tesouro precioso de nossa cultura. Todas elas têm o seu valor, são veículos plenos e perfeitos de comunicação e de relação entre as pessoas que as falam. Se tivermos de incentivar o uso de uma norma culta, não podemos fazê-lo de modo absoluto, fonte de preconceito. Temos de levar em consideração a presença de regras variáveis em todas as variedades, a culta, inclusive. (BAGNO, 1999, p. 51)

Martellota (2011) destaca o preconceito linguístico associado à vida social e/ou ao poder econômico dos indivíduos, na qual categorias como classe social torna-se elemento para definir o reconhecimento do sujeito na sociedade, de modo que as relações sociais refletem e produzem desigualdade "Nas sociedades em que é medida a separação da população em classes sociais e econômicas, a relação entre língua e classes sociais se verifica com bastante evidência". (MARTELLOTA, 2011, p. 148).

A visão preconceituosa frente a diversidade linguística aponta a existência de uma pressão social em que os meios de comunicação colaboram para que os sujeitos passem por semelhantes e lamentáveis situações:

O preconceito contra qualquer manifestação linguística popular é escandaloso nas gramáticas desse tipo. Maurizio Gnerre afirma que a língua é o único lugar em que a discriminação é aceita. Em nenhum documento está dito que não tem o direito de discriminar alguém por causa de seu sotaque ou de qualquer peculiaridade linguística, embora se condene claramente a discriminação quando baseada em fatores como religião, cor, ideário, político, etc. Diria que não só não se trabalha em favor do fim da discriminação linguística, como, pelo contrário, cada vez mais valoriza a língua da escola, que é na verdade a língua do Estado (POSSENTI, 2006, 54).

A reportagem jornalística com os feirantes, ora objeto deste estudo, na seção de um telejornal local mostra, claramente, o preconceito linguístico. Não se pode pensar que este procedimento é um caso isolado, pelo contrário, a programação nacional das televisões abertas: telejornais, novelas, programas humorísticos apontam para muitos casos de preconceitos de classe, etnia, geração, origem regional que se apresentam, implícita ou explicitamente, e que adentram nos espaços privados, trazendo ressonâncias nas atitudes e mentalidades dos sujeitos. São comuns e pitorescos, os personagens das novelas representarem o nordestino pobre, analfabeto, ignorante culturalmente, afrodescendente por meio do uso do dialeto estereotipado; enquanto os personagens das regiões do Sul e do Sudeste, preferencialmente, são brancos, ricos e não portadores de um dialeto com entonação acentuada oriunda de diferentes localizações dessas regiões, de maneira que se apresentam falantes de um mesmo dialeto da norma culta constituinte da elite, ou seja, através de uma homogeneização dialetal dos meios de comunicação, a classe privilegiada se apresenta uníssona, forte, com objetivos precisos para sua superioridade na sociedade.

Os falantes, ao se comunicarem, expressam opiniões, emoções, sentimentos, através do uso dos signos linguísticos. Estes, por sua vez, tornam-se elementos primários de observação e julgamento entre os sujeitos, se bem que a associação de outras categorias como classe, etnia, geração, origem regional se associam e passam a ser determinantes para eminência do fenômeno de exclusão e/ou inclusão social. A fala é, portanto, um traço de identificação e de reconhecimento do sujeito na sociedade.

Bagno (1999) reforça a posição:

Por outro lado, um grande fazendeiro que tenha apenas alguns poucos anos de estudo primário, mas que seja dono de milhares de cabeças de gado, de indústrias agrícolas e detentor de grande influência política em sua região vai poder falar à vontade na sua língua “caipira”, com todas as formas sintáticas consideradas “erradas” pela gramática tradicional, porque ninguém vai se atrever a corrigir seu modo de falar. (BAGNO, 1999, p.69-70).

Bagno (1999) assinala que a posição social do fazendeiro lhe permite falar com maior liberdade de expressão, porque a condição econômica lhe protege de maneira que os seus ouvintes evitam ou se sentem temerosos em corrigi-lo, enquanto o seu vaqueiro ao fazer uso de expressões linguísticas semelhantes ao padrão, sofrerá maior exposição com maior chance de ser ridicularizado. Tomamos este exemplo para analisar os feirantes, sujeitos de condição social e econômica semelhante aos vaqueiros, uma vez que tanto o vaqueiro como o feirante não fazem parte de um grupo elitizado e de prestígio social e econômico. Em consequência, o fato destes sujeitos não terem tido a oportunidade de acessar a escolarização, por vezes, tiveram que trabalhar ainda na fase infantil para ajudar na sobrevivência familiar; a política educacional do Brasil que não oferece escolas suficientes e de qualidade para a população menos favorecida economicamente, bem como a falta de motivação do estado, da família, da sociedade em conduzi-los à escolarização, tornam-se, por conseguinte, aspectos que inoculam as desigualdades, através das diferenciadas oportunidades e recursos para formação são promotoras de situações humilhantes e de constrangimento ao experienciarem o preconceito linguístico.

2. A língua popular dos feirantes: um caminho a ser conquistado pela inclusão educacional

A implementação da lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, em 20 de dezembro de 1996, em consequência adaptativa à carta constitucional do Brasil promulgada em 05 de outubro de 1988 prevê mudanças substanciais nas diferentes relações humanas empreendidas na família, na escola, nas igrejas,

espaços de diversão, etc.

Logo após a implementação da LDB, foram publicados os PCNs em 1997 e 1998, a fim de orientar metodologicamente as/os professoras/es na prática da sala de aula de acordo com as concepções que melhor se harmonizassem com as expectativas de educação em um país com regime democrático. Para tal, as pesquisas realizadas nas áreas das Ciências Sociais e das Humanas trouxeram contribuições na formulação das orientações dos PCN. Vale ressaltar, as contribuições da Psicologia, Sociologia e da Linguística, as quais forneceram, efetivamente, um olhar diferenciado na formação e no exercício profissional do professorado por meio do conteúdo em interlocução com o alunado.

[...], quando as pesquisas produzidas por uma linguística independente da tradição normativa e filológica e os estudos desenvolvidos em variação linguística e psicolinguística, entre outras, possibilitaram avanços nas áreas de educação e da psicologia da aprendizagem, principalmente no que se refere à aquisição da escrita. Este novo quadro permitiu a emergência de um corpo relativamente coeso de reflexões sobre a finalidade e os conteúdos do ensino de língua materna. (PCN, 1998, p.17).

Através dos estudos da Sociolinguística, as/os professoras/es poderão expor sobre as variações linguísticas de um modo diferente, criando um clima de valorização dos diferentes dialetos, através de uma compreensão histórica das diferentes realidades, a fim de diminuir e, quiçá, acabar com esse preconceito. Quanto aos futuros professores, as disciplinas Linguística e Sociolinguística são muito importantes para sua formação, pois oferecem um conhecimento teórico para visualizarem e aplicarem práticas pedagógicas menos preconceituosas, assim como, promover o conhecimento para que seus alunos privilegiem o enriquecimento cultural e de respeito à diversidade linguística. Não obstante, a preservação e incentivo para o conhecimento da gramática normativa como um processo de aquisição do conhecimento é fundamental para ascensão social, econômica e política dos sujeitos.

[...], uma coisa é saber a língua, isto é, dominar as habilidades de uso em situações concretas de interação, entendendo e produzindo enunciados adequados aos diversos contextos, percebendo as dificuldades entre uma forma de expressão e outra. Outra coisa é saber analisar uma língua, dominando conceitos e metalinguagens a partir dos quais se fala sobre a língua, se apresentam suas características estruturais e de uso (GERALDI, 2006, p. 57).

A língua de um país expressa aspectos sociais, políticos e econômicos associados a constituição anatômica e mental dos sujeitos. Os estudos linguísticos em consonância com os estudos neurológicos, psicológicos e sociológicos entram em consenso que a língua é influenciada por aspectos sociais no que tange a sociabilização dos sujeitos. É desta realidade experienciada que se estabelece as relações sociais por meio das diferentes modalidades da linguagem na qual a fala é o instrumento primário de comunicação.

A Sociolinguística retoma o conceito de preconceito e discriminação social, efeito das desigualdades sociais, econômicas e políticas que atuam sobre os sujeitos, de maneira que as análises sob a perspectiva do uso da língua apresentam relações de opressão e subjugação entre os sujeitos de classes sociais diferentes. Além disso, a Sociolinguística enfatiza o preconceito linguístico como um elemento social de análise equivocada em que reforçou o privilégio da classe elitizada em detrimento das classes populares, através da instrumentalização, exclusiva, da Gramática Normativa.

A Feirante 1, de acordo como caso apresentado neste estudo, é exposta publicamente através do meio de comunicação, a televisão, quando a professora de Língua Portuguesa, ironicamente, pede para ela escolher entre as duas opções: "o alface" ou "a alface". A regra gramatical de concordância nominal de gênero – o artigo anteposto ao substantivo feminino acompanha o gênero feminino. A feirante se sente insegura e para não responder errado tenta, em vão, não responder, mas requisitada, pela segunda vez, pela repórter e pela insistência da professora ela faz a escolha gramatical. Era perceptível, que a equipe jornalística esperava que a feirante optasse pelo masculino, evidenciando o erro segundo as regras gramaticais, e assim, a professora interviesse e fizesse a correção, porém não se esperava que a professora a fizesse, ironicamente, com muitos sarcasmos e bastante risos.

Vejamos o diálogo da reportagem:

Professora - Olha, hortaliças! Eu gosto de quase todas, agora sou fã também da couve, vamos perguntar a

ela sobre se é “o alface” ou “a alface”?

Repórter – Vamos nessa?

Qual é a sua resposta?

Feirante – Minha resposta é alface.

Repórter – “a alface” ou “o alface”?

Feirante – Alface, alface.

Como se pode constatar, a Feirante 1 repetiu várias vezes que era “alface” sem designar o gênero do artigo “a” que antecede o substantivo feminino “alface”. Vale ressaltar, que a feirante durante a entrevista permanece de cabeça baixa, movimento corpóreo que expressa um nítido sentimento de vergonha e constrangimento. Mesmo diante deste clima tenso, a repórter insiste em perguntar se era “o alface” ou “a alface”. Não obtendo resposta satisfatória, a repórter afirma que a feirante teria dito “a alface” fato não constado na reportagem.

Bagno (2009) assinala que a flexão de gênero masculino ou feminino faz parte de um conjunto de exceções no uso da língua portuguesa, uma vez que há outras línguas que apresentam o gênero neutro. Para o autor, essa divisão entre gêneros é apenas convenção linguística construída socialmente entre os falantes portadores ou reconhecidamente detentor da língua elitizada. Ele destaca que os falantes têm certa dificuldade em classificar as palavras de acordo com o gênero, quando elas terminam em outras letras que não sejam “a” ou “o” e esse evento linguístico é histórico, portanto, essa dificuldade de flexão de gênero persiste e se reproduz entre os sujeitos “[...], no Brasil, encontramos o/a dó, o/a alface, o/a ferrugem, o/a sabiá, o/a hortelã, o/a tomate [...]. Como tudo na língua, a atribuição de gênero às palavras muda com o tempo e não se pode fazer nada contra isso. [...]” (BAGNO, 2009, p.72-73).

Vale ressaltar, que a abordagem jornalística não levou em conta a realidade social e cultural e nem assinalou o porquê da Feirante 1 não saber fazer uso da gramática normativa. Em nenhum momento da reportagem foi considerado que o uso da língua reflete aspectos sociais e políticos, bem como reproduz o contexto da vida dos seus falantes, assim, levar ao telespectador a reflexão da informação do contexto social e das razões do considerado mau desempenho da língua, segundo as regras da gramática normativa.

A Feirante1, Maria José, tem 53 anos, é conhecida no mercado como Zezé, é analfabeta, filha de pai analfabeto e não soube informar nada sobre a mãe porque disse que ela a abandonou logo que nasceu, então, falou que não tinha mãe e que tinha sido criada somente com o pai que vivia bêbado, por isso logo cedo teve que trabalhar e, por isso, não estudou.

A insistência em repetir a palavra “alface” diante de uma câmera de televisão com pessoas bem vestidas e de um grau elevado de conhecimento gerou mais uma situação constrangedora das muitas que ela já viveu. A correção pode ser considerada, mais uma experiência, uma vez que ouvir expressões de chacota, opressão que provoque o sentimento de inferioridade e de baixo autoestima é recorrente na sua vida.

É certo, que houve o menosprezo às variações linguísticas existentes. Isso reflete o desconhecimento da realidade de determinados grupos sociais no sentido de que a valorização do modelo elitizado representado pela gramática normativa é a expressão concreta do preconceito linguístico. Além disso, os estudos linguísticos comprovam que os falantes independentes da classe social a que eles pertencem não usam as normas e regras gramaticais, pois há variedades reguladas pela regionalidade, pela situação, pelas relações formais e informais, pela oralidade e escrita. Mendonça assinala (2006) “Variedade culta e não-culta, escrita e oralidade, formalidade e informalidade, todas elas se entrecruzam em teias cuja complexidade linguística o modelo adotado pelas gramáticas normativas não deixam entrever” (MENDONÇA, 2006, p. 236).

A pauta da reportagem continua e a equipe jornalística aborda o feirante 2 e mais uma vez a presença do preconceito linguístico, quando a professora corrigiu de maneira humilhante o indivíduo em seu local de trabalho.

Repórter – O Feirante (2), aqui, tem muitas opções na sua banca. Mais uma, em especial, eu e a professora esquecemos o nome. O que é isto aqui?

Feirante – Abrobla (Muitos risos).

Repórter – Abrobla?

Feirante – É.

Repórter – Professora, vai querer levar abrobla?

Professora – Eu não! Porque abrobla não existe, o que existe é abóbora.

Repórter – A professora explica e pede para ele repetir.

Professora – Diga: abóbora.

Feirante – Abrobla (Mais risos).

Feirante – Abrobla, Abrobara.

Professora – Abóbora.

Repórter – Vai treinar um pouquinho, né?

Feirante – É. (Muitos risos entre todos).

Os estudos sociolinguísticos apontam que as palavras acentuadas na antepenúltima sílaba, as proparoxítonas, exigem do falante uma aproximação maior com a língua culta ou erudita, uma vez que, o latim vulgar se caracterizava, entre outros fatores, pela tendência de evitar o uso de proparoxítonas. Estas são substituídas por paroxítonas com o objetivo de facilitar a comunicação linguística.

A entrevista aponta para dificuldade do Feirante 2 pronunciar a sílaba tônica composta de uma consoante bilabial sonora “b” e a vogal semiaberta “o” seguida da sílaba pós-tônica composta da bilabial sonora “b” e a vogal semiaberta “o”, que cai e ocasiona a elisão pela duplicidade da consoante da sílaba seguinte composta de uma consoante bilabial sonora “b”, da alveolar surda “r” tepe alveolar sonoro e da vogal aberta “a” formando um encontro consonantal. Assim, as palavras como abóbora>abobra; chácara>chacra tornam-se paroxítonas pela perda da vogal postônica na língua portuguesa coloquial ou popular.

Lemle (1978) assinala que no português do Brasil há uma tendência dos seus falantes reduzirem as proparoxítonas e formar em paroxítonas pela perda de um ou mais segmentos fonéticos. Há contextos linguísticos que favorecem tal redução e outros que desfavorecem. A autora, ainda, pontua que um dos fatores que contribuem para redução das proparoxítonas em paroxítonas é a aceleração no ritmo da fala em que as paroxítonas são pronunciadas com mais facilidade. Já outras proparoxítonas são desfavorecidas devido a duração mais longa quando são pronunciadas: chácara>chacra. A variação é comum se ouvida, principalmente, em situações de fala informal ou em momento de descontração, em que o falante não tem preocupação com a normatividade.

Na ocasião em que retornou-se ao mercado para realizar outra entrevista com os feirantes que participaram da reportagem jornalística foi contactado com três dos quatro feirantes, uma vez que o Feirante 2, o único homem que participou da reportagem, não estava mais comercializando os seus hortifrúteis naquele local. Segundo informações recebidas pelas feirantes, ele tinha um comprometimento ortofacial que o impedia de pronunciar as palavras corretamente, Anciloglossia, deficiência conhecida popularmente como língua presa.

Em outro trecho da reportagem, mais um momento de zombaria, a entrevista com a Feirante 3 tratou acerca do uso da palavra “grama”, visto que ela falou que vendia “trezentas gramas de batatinha”, ao invés de “trezentos gramas de batatinha”. A equipe começou a sorrir e a questionar, ironicamente, a expressão utilizada pela feirante. A intervenção da professora foi imediata ao afirmar que ela não estava vendendo grama, capim e, sim, batatinha. Em seguida, a professora faz a correção da expressão de acordo com as regras gramaticais da nossa língua portuguesa.

Professora – [...] eu não vou levar porque eu não estou comprando grama, capim, eu estou comprando batatinha, aí o que é que acontece, trezentos gramas, duzentos gramas, quatrocentos gramas, tudo no masculino porque é o peso.

Após fazer a intervenção, a professora insiste que a Feirante 3 repita a expressão corretamente, mas ela não

havia percebido a oposição da flexão de gênero que acompanha a palavra grama e repetiu três vezes “trezentas gramas”.

No que se refere ao uso de “grama” diferentemente do caso da feirante 1 que omitiu em pronunciar a flexão do artigo que antepõe o substantivo “alface” como uma palavra que se apresenta, exclusivamente, no gênero feminino. Em “grama” há duas flexões de gênero para uma palavra com grafia semelhante, mas com significado diferente, ou seja, a palavra “grama” constitui a classe das palavras homônimas/homógrafas – grafia semelhante para significados diferentes. A oposição flexional de gênero apresenta uma irregularidade para o masculino em referência ao sistema de medidas de massa ou peso, portanto, não há nenhum tipo de erro em usar grama no feminino, porém deve ser observado o significado a que esta palavra se refere, se bem que, o dicionário reconheça o uso frequente no feminino. Além disso, é corrente o uso deste substantivo no feminino pelos portadores da norma culta.

Segundo Bagno (2009), os dicionários apontam o uso de grama no feminino, o qual representa a aceitação gramatical desta variante linguística. Contudo, na reportagem, este suposto erro foi motivo de chacota e pareceu ser um caso grave de mau uso da língua, segundo as normas gramaticais.

A Feirante 3, Brígida, tem 58 anos, foi alfabetizada até o 3º ano primário, mas, não sabe ler; sabe escrever com limites “se escreverem na linha eu escrevo embaixo, mas não sei o que escrevi”. Ela falou que logo cedo teve que trabalhar para ajudar os irmãos, pois a mãe faleceu, quando ela era ainda criança. Filha de pais analfabetos é uma pessoa que não teve muitas oportunidades na vida para estudar.

Em relação à reportagem, ela disse que participou da entrevista jornalística e ficou muito chateada “eu não achei direito que uma pessoa considerada estudada chegasse ao mercado e me corrigisse daquela forma”. Ela comentou que não sabia chegar aos seus clientes e corrigi-los para que eles não falassem a palavra “grama”, pois de acordo com o que ela entendeu da explicação da professora era que ela estava sendo corrigida por acompanhar o quantitativo do objeto acompanhado da palavra grama, ou seja, ela não mais poderia falar “duzentas gramas”, mas somente “duzentas” porque grama é capim e não medida de massa.

A Feirante 4, Luciene, de 40 anos estudou até o segundo ano do ensino médio e só parou de estudar por falta de tempo já que trabalha todos os dias no mercado e, segundo ela fica muito cansativo. Os pais estudaram até a quarta série do ensino fundamental. Em relação à reportagem, ela diz ter ficado muito chateada, pois durante muito tempo várias pessoas chegavam até a banca e ficavam fazendo chacota ou falando piadinhas com o uso fonético da palavra “tangirina”, ao invés de “tangerina”. Ela contou que nos dias seguintes à reportagem, os fregueses chegavam à sua banca dizendo “olhe da próxima vez vê se fala correto, é tangerina viu!”. Em outra situação, o freguês pediu a ela um quilo de mamão e a própria feirante o corrigiu, dizendo que não se falava mamão com o som da vogal “a” nasalizado e, sim, “mamão” com o som da vogal “a” aberto. Com isso, percebe-se mais uma confusão na cabeça desses sujeitos. Na reportagem, a Feirante 4 falou “tangirina” com o som da vogal átona, anterior ou palatal “e” anteposto pela consoante oclusiva nasal “n” na formação do dígrafo vocálico, efeito da força do hábito e pela repetição auditiva, independente, da classe social, uma vez que a norma culta falada valida a substituição da vogal “e” pela semivogal “i”. No dialeto nordestino e/ou sergipano é comum e correto o uso de “tangirina” e não “tangerina”.

3. Considerações Finais

O procedimento da professora de Língua Portuguesa ao intervir no uso da língua dos feirantes mostra que ela não levou em consideração aspectos sociais e psicológicos estudados pela Linguística como, por exemplo, a gramática internalizada, a constituição da linguagem nos sujeitos, os conhecimentos construídos nas comunidades - assimilados e (re) produzidos por quem nelas habitam. Estes aspectos já seriam por si, questões a serem informadas para os telespectadores, pois são óbices para os sujeitos ascenderem socialmente, efeito da evasão escolar.

Vale ressaltar, que os ‘erros gramaticais’, segundo a norma padrão, visto dissociado dos estudos linguístico tornam-se reforçadores de preconceito e discriminação, ampliando o abismo para inclusão social, bem como, entra em oposição às liberdades individuais, a igualdade social. As intervenções realizadas por professores em sala de aula, sob as bases rígidas do certo ou errado, além de reforçarem o preconceito linguístico, rejeitam a autonomia de fala dos sujeitos. Com isso, acentua a marginalização e provoca o silenciamento opressivo de não direito à liberdade de expressão, de compartilhamento de opiniões, sentimentos, emoções de uma parte da população.

É inquestionável a necessidade urgente de alfabetizar a parte da população excluída da educação. diaa-se de

passagem, parte majoritária da população brasileira. Para tanto, prioritariamente, é fundamental o reconhecimento do sujeito humano que chega à escola com suas experiências de vida, assim, a prática pedagógica tem como ponto de partida a história de vida como fio condutor de um percurso inclusivo em aquisição a novos conhecimentos.

NOTAS

Graduada em Licenciatura em Letras; Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; Integrante do Grupo de Pesquisa do CNPQ: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero; Professora de Linguística e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa das Faculdades: Estácio e Pio Décimo; suzanamary@hotmail.com

Inscrita no Eixo 15: Estudos da Linguagem.

O preconceito é gerador da discriminação e da desigualdade que exclui o aspecto 'distintivo e formativo' do ordenamento moral da sociedade brasileira, [...]. Os múltiplos preconceitos de gênero, de cor, de classe, etc. têm lugar tipicamente, mas, não exclusivamente, nos espaços individuais e coletivos, nas esferas públicas e privadas. Fazem-se presentes em imagens, linguagens, nas marcas corporais e psicológicas dos homens e das mulheres. (BANDEIRA, 1999, p. 125 - 127).

Mendonça (2006) assinala para três conceitos de gramática criados por Franchi (1991): normativa, descritiva e internalizada, sendo que a mais conhecida é a gramática normativa, uma vez que ela adentra nas escolas, veiculada por livros didáticos e pelas conhecidas gramáticas tradicionais; ensinar gramática costuma ser entendido como ensinar regras para usar bem a língua. Atente-se para o fato de que as chamadas "gramáticas tradicionais" tomam por língua uma das suas variedades, desprezando as outras. [...]. (MENDONÇA, 2006, p. 234).

Segundo Hauguet (1997), "as entrevistas representam situações psicológicas novas para o entrevistado. Como tal, ele não percebe bem seus objetivos nem sabe bem como se comportar." (HAUGUETTE, 1997, p. 90).

A outra definição que se dá ao rótulo norma culta se refere à linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem ao segmento dos mais favorecidos da nossa população (BAGNO, 2003, p. 51)

Os PCNs foram publicados no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro da Educação Paulo Renato Souza. Em 2013, com 12,9 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, o Brasil é o oitavo país do mundo com maior taxa de analfabetismo entre adultos, de acordo com dados do 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Entre 2000 e 2011, essa taxa caiu 1%. O número de adultos analfabetos em 2011 era 774 milhões e a projeção é que até 2015 esse número caia para 743 milhões. (www.

terraeducacao.com

.br

). O índice é mais alto em áreas rurais, onde 79,6% dos brasileiros nessa faixa etária não terminaram o ensino fundamental. Entre a população urbana, a taxa é de 44,2%. Um quarto da população entre 20 e 24 anos não concluiu o ensino fundamental, enquanto 22,57% dos brasileiros nessa faixa etária não concluíram o ensino médio – o que representa 3,9 milhões de habitantes. Entre os jovens de 18 a 24 anos, 36,5% haviam abandonado o estudo antes de completar o ensino médio em 2010. Desses, a maioria (52,9%) deixou a escola antes de terminar o ensino fundamental, enquanto 21,2% abandonou o estudo logo após ingressar no ensino médio (educacao.uol.com

.br

/.../ibge-quase-metade-da-populacao-com-25-anos-).

[...], quando as pesquisas produzidas por uma linguística independente da tradição normativa e filológica e os estudos desenvolvidos em variação linguística e psicolinguística, entre outras, possibilitaram avanços nas áreas de educação e da psicologia da aprendizagem, principalmente no que se refere à aquisição da escrita. Este novo quadro permitiu a emergência de um corpo relativamente coeso de reflexões sobre a finalidade e os conteúdos do ensino de língua materna. (PCN, 1998, p.17).

Grama² [Dofr, gramme < lat. gramma < Gr. Grámma]. Substantivo masculino. 1. Fís. Unidade de medida de

massa no sistema C.G.S., igual a 10^3 Kg[sim. : g]. [É corrente o uso deste vocábulo no feminino.] (AURÉLIO, Século XXI). Gramas. m. (1836 cf.. SC) FÍSICA METRÍCA unidade de medida de massa no sistema C.G.S., equivale a 0,001 kg [símbolo: g] GRAM/USO no Brasil, é comum dizer-se quantas g., duzentas g. (como s. f.). [...] (HOUAISS).

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. Preconceito Linguístico. O que é como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: parábola Editorial, 2003.
- _____. Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, vol.3, 2009.
- BORTONI-RICARDO. S. M. Educação em sala de aula: a Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- _____. Nós chegemos na escola, e agora? Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRASIL, Ministério da Educação e Desportos. Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa. Brasil, 1997; 1998.
- DIAS, P. M. C. R. Contribuições da Sociolinguística Educacional para materiais de formação continuada de professores de língua portuguesa. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, 2011.
- FLORES, do Nascimento Valdir; TEIXEIRA, Marlene. Introdução à Linguística da Enunciação. São Paulo: Contexto, 2005.
- GERALDI, João Wanderley. Concepções de Linguagem e Ensino de Português. In.: O Texto na Sala de Aula. GERALDI, João Wanderley (org.). São Paulo: Ática, 2006.
- LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, vol. 53/54, abr/set 1978, p. 60-94.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. Sociolinguística. Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2011.p. 141-155.
- NUNES, Suzana Mary de Andrade. Uma leitura de histórias de vida de mulheres docentes da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade do Porto. São Cristóvão/ UFS, Tese de Doutorado, 2014.
- Reportagem Jornalística, <http://globov.globo.com/tv-sergipe/se-tv-1a-edicao/v/de-olho-na-ligua-vai-ao-mercado-central-de-aracaju/2511413/>. Acesso em 15/02/2014.

Graduada em Licenciatura em Letras; Doutora em Educação pela Universidade Federal de Sergipe; Integrante do Grupo de Pesquisa do CNPQ: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero; Professora de Linguística e Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa das Faculdades: Estácio e Pio Décimo; suzanamary@hotmail.com

Inscrita no Eixo 15: Estudos da Linguagem.

O preconceito é gerador da discriminação e da desigualdade que exclui o aspecto 'distintivo e formativo' do ordenamento moral da sociedade brasileira, [...]. Os múltiplos preconceitos de gênero, de cor, de classe, etc. têm lugar tipicamente, mas, não exclusivamente, nos espaços individuais e coletivos, nas esferas públicas e privadas. Fazem-se presentes em imagens, linguagens, nas marcas corporais e psicológicas dos homens e das mulheres. (BANDEIRA, 1999, p. 125 - 127).

Mendonça (2006) assinala para três conceitos de gramática criados por Franchi (1991): normativa, descritiva e internalizada, sendo que a mais conhecida é a gramática normativa, uma vez que ela adentra nas escolas, veiculada por livros didáticos e pelas conhecidas gramáticas tradicionais; ensinar gramática costuma ser entendido como ensinar regras para usar bem a língua Atente-se para o fato de que as chamadas "gramáticas tradicionais" tomam por língua uma das suas variedades, desprezando as outras. [...]. (MENDONÇA, 2006, p. 234).

Segundo Hauguet (1997), "as entrevistas representam situações psicológicas novas para o entrevistado. Como tal, ele não percebe bem seus objetivos nem sabe bem como se comportar." (HAUGUETTE, 1997, p. 90).

A outra definição que se dá ao rótulo norma culta se refere à linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem ao segmento dos mais favorecidos da nossa população (BAGNO, 2003, p. 51)

Os PCNs foram publicados no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do Ministro da Educação Paulo Renato Souza. Em 2013, com 12,9 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, o Brasil é o oitavo país do mundo com maior taxa de analfabetismo entre adultos, de acordo com dados do 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Entre 2000 e 2011, essa taxa caiu 1%. O número de adultos analfabetos em 2011 era 774 milhões e a projeção é que até 2015 esse número caia para 743 milhões. (www.

terraeducacao.com

.br

). O índice é mais alto em áreas rurais, onde 79,6% dos brasileiros nessa faixa etária não terminaram o ensino fundamental. Entre a população urbana, a taxa é de 44,2%. Um quarto da população entre 20 e 24 anos não concluiu o ensino fundamental, enquanto 22,57% dos brasileiros nessa faixa etária não concluíram o ensino médio – o que representa 3,9 milhões de habitantes. Entre os jovens de 18 a 24 anos, 36,5% haviam abandonado o estudo antes de completar o ensino médio em 2010. Desses, a maioria (52,9%) deixou a escola antes de terminar o ensino fundamental, enquanto 21,2% abandonou o estudo logo após ingressar no ensino médio (educacao.uol.com

.br

/.../ibge-quase-metade-da-populacao-com-25-anos-).

[...], quando as pesquisas produzidas por uma linguística independente da tradição normativa e filológica e os estudos desenvolvidos em variação linguística e psicolinguística, entre outras, possibilitaram avanços nas áreas de educação e da psicologia da aprendizagem, principalmente no que se refere à aquisição da escrita. Este novo quadro permitiu a emergência de um corpo relativamente coeso de reflexões sobre a finalidade e os conteúdos do ensino de língua materna. (PCN, 1998, p.17).

Gramas² [Dofr, gramme < lat. gramma < Gr. Grámma]. Substantivo masculino. 1. Fís. Unidade de medida de massa no sistema C.G.S., igual a 10³ Kg[sim. : g]. [É corrente o uso deste vocábulo no feminino.] (AURÉLIO, Século XXI). Gramas. m. (1836 cf.. SC) FÍSICA METRÍCA unidade de medida de massa no sistema C.G.S., equivale a 0,001 kg [símbolo: g] GRAM/USO no Brasil, é comum dizer-se quantas g., duzentas g. (como s. f.). [...] (HOUAISS).

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. Preconceito Linguístico. O que é como se faz. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: parábola Editorial, 2003.

_____. Não é errado falar assim! Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, vol.3, 2009.

BORTONI-RICARDO. S. M. Educação em sala de aula: a Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. Nós chegamos na escola, e agora?

Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação e Desportos. Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Portuguesa. Brasil, 1997; 1998.

DIAS, P. M. C. R. Contribuições da Sociolinguística Educacional para materiais de formação continuada de professores de língua portuguesa. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, 2011.

FLORES, do Nascimento Valdir; TEIXEIRA, Marlene. Introdução à Linguística da Enunciação. São Paulo: Contexto, 2005.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de Linguagem e Ensino de Português. In.: O Texto na Sala de Aula. GERALDI, João Wanderley (org.). São Paulo: Ática, 2006.

LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, vol. 53/54, abr/set 1978, p. 60-94.

MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. Sociolinguística. Manual de Linguística. São Paulo: Contexto, 2011.p. 141-155.

NUNES, Suzana Mary de Andrade. Uma leitura de histórias de vida de mulheres docentes da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade do Porto. São Cristóvão/ UFS, Tese de Doutorado, 2014.

Reportagem Jornalística, [http://](http://globov.globo.com)

globov.globo.com

[/tv-sergipe/se-tv-1a-edicao/v/de-olho-na-ligua-vai-ao-mercado-central-de-aracaju/2511413/](http://tv-sergipe/se-tv-1a-edicao/v/de-olho-na-ligua-vai-ao-mercado-central-de-aracaju/2511413/). Acesso em 15/02/2014.

Recebido em: 27/06/2014

Aprovado em: 27/06/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: